



PROJETO DE LEI N° 002/2025, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025

**“FICA CONCEDIDO O REAJUSTE DO PISO DO
MAGISTÉRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE, LAYS HELENA CABRAL DE QUEIROZ**, no uso de
suas atribuições legais, conferidas pelo Cargo e Lei Orgânica Municipal, faço
saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal.

Art. 1º – Fica concedido o reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por
cento) referente ao piso nacional do magistério no ano de 2025, a ser implantado
a partir do mês de março/2025.

Parágrafo Único – Os valores remanescentes dos meses anteriores a
implementação dos percentuais de que trata o *caput* deste artigo, serão pagos em
05 (cinco) parcelas a partir de março/2025.

Art. 2º – Os efeitos financeiros desta lei correrão a conta do orçamento
geral do Município.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo
seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2025.

09943
RECEBI
EM 25/02/2025
CÂMARA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS
Dennys
Dennys César S. de Menezes
Secretário Legislativo



Pendências, 24 de fevereiro de 2025.

Lays Helena Cabral de Queiroz
Lays Helena Cabral de Queiroz
Prefeita Municipal de Pendências



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor presidente,
Senhores vereadores:

O Projeto de Lei ora encaminhado para ser devidamente apreciado e deliberado pelo Egrégio Plenário dessa Casa, *DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO PISO DO MAGISTÉRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025*.

O valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica é estabelecido em nível nacional, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, consoante dispõe o § 1º, do artigo 2º, da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Recentemente foi publicada, no dia 29/01/2025, no Diário Oficial, a Portaria nº 77/2025 que aprovou parecer que define e confirma o piso salarial nacional do magistério para o valor de 4.867,77 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), concedendo reajuste de 6,27%, conforme disposto na legislação em vigor, dessa forma definindo o novo piso de professores do MEC para 2025.

Portanto, compete ao Município, irrestrita obediência à Lei, à decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou constitucional o piso fixado, a Constituição Federal em seu art. 212-A, XII, que disciplina que "lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública, assim como, na aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).



O presente Projeto tem a finalidade de dar efetividade ao comando da Lei Federal nº 14.113/2020, para pagamento do piso nacional e o vencimento efetivamente percebido, quando inferior ao estabelecido para o piso salarial nacional do magistério devido suas atualizações.

Desse modo, revela-se fundamental a regulamentação, no âmbito da Administração Municipal, para que se possa conferir juridicidade ao ato, formatando as suas condições específicas, garantindo, a um só tempo, a devida segurança jurídica e a eficiência administrativa, conforme mandamento constitucional, razões essas suficientes a ensejar a colaboração e apoio dos ilustres pares desta Casa de Leis.

Assim sendo, diante do exposto, com vistas a dar efetividade ao comando da Lei Federal nº 14.113/2020, bem como promover a valorização do magistério municipal contamos com a aprovação do presente projeto.

Pendências, 24 de janeiro de 2025.

Lays Helena Cabral de Queiroz
Prefeita Municipal de Pendências